

Profissionais da educação protestam em frente à Prefeitura

Mobilização agendada para as 17h30 contesta adoção de plataformas digitais privadas

Por Moara Semeghini

Professores e demais profissionais da rede municipal de ensino de Campinas realizam nesta terça-feira (23), às 17h30, uma manifestação em frente ao Paço Municipal. O protesto é organizado pelo Coletivo de Educadores da Rede Municipal e contesta mudanças pedagógicas e administrativas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação.

O ato ocorre cerca de um mês após outra mobilização. Em 26 de maio, professores, gestores escolares e famílias realizaram uma manifestação e uma aula pública em frente à Prefeitura em protesto contra as diretrizes da Secretaria de Educação. Após a pressão, a administração municipal anunciou a retomada das discussões sobre a revisão das Diretrizes Curriculares Municipais, com participação paritária entre representantes do governo e da comunidade escolar.

A mobilização desta terça reunirá docentes, supervisores, pesquisadores, representantes de entidades da sociedade civil e vereadores da oposição ao prefeito Dário Saadi (Republicanos).

Segundo os organizadores, a principal insatisfação está relacionada às medidas adotadas pela secretaria comandada por Patrícia Adolfo Lutz. Entre as críticas estão a ampliação do uso de plataformas digitais privadas, a aplicação de avaliações externas consideradas punitivas e propostas de padronização curricular que, segundo os educadores, comprometem a autonomia das escolas.

O grupo também defende o fortalecimento da Avaliação Institucional Participativa (AIP), modelo baseado na construção coletiva de metas e diagnósticos com a participação da comunidade escolar. Além disso, reivindica melhorias nas condições de trabalho, especialmente nas escolas da periferia, suspensão de avalia-

ções consideradas incompatíveis com a realidade da rede e avanços nas negociações sobre plano de carreira, recomposição salarial e previdência.

As reivindicações também repercutiram na Câmara Municipal. As vereadoras Guida Calixto (PT) e Fernanda Souto (PSOL) manifestaram apoio ao movimento e criticaram a condução da política educacional da Prefeitura.

Guida Calixto afirmou que os educadores decidiram convocar o novo ato por considerarem que a atual gestão da Secretaria Municipal de Educação vem promovendo mudanças que descaracterizam o modelo de gestão democrática historicamente adotado pela rede municipal de Campinas. Segundo ela, desde que Patrícia Adolfo Lutz assumiu a pasta, o objetivo tem sido alterar a estrutura do sistema municipal de ensino para implementar um modelo semelhante ao adotado

pelo governo estadual. Segundo a parlamentar, a ampliação do uso de plataformas digitais privadas enfraquece o papel do professor e reproduz a política educacional do governador Tarcísio de Freitas e do secretário estadual Renato Feder. “A educação pública de Campinas está pedindo socorro. Em poucos meses, temos visto o aprofundamento do desmonte do ensino. A secretária de Educação, Patrícia Adolfo Lutz, a serviço do projeto de Dário Saadi, Tarcísio de Freitas e Feder, vem realizando ataques aos servidores e à qualidade do ensino. Nosso mandato apoia esta manifestação organizada pelo coletivo de educadores e pela comunidade escolar em defesa da educação pública e de qualidade”, afirmou a parlamentar.

Os organizadores informaram ainda que pretendem manter as mobilizações ao longo do segundo semestre, ampliando o diálogo com pais.

Prefeitura

Em nota, a Secretaria Municipal de Educação afirmou que a atualização das Diretrizes Curriculares, em discussão desde 2025, conta com participação dos profissionais da rede e integra um conjunto de ações para melhorar os indicadores educacionais. A pasta informou ainda que ampliou os canais de diálogo com gestores e escolas e destacou ações como fila zerada em creches, entrega de uniformes e materiais escolares e alimentação com acompanhamento nutricional. A Prefeitura também ressaltou o acordo firmado com o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal, que prevê reajuste salarial de 4,39%, aumento de 7,5% no vale-alimentação e avanços no plano de cargos e também que as negociações com a categoria continuam e a inclusão de agentes e monitoras na carreira do magistério segue em análise técnica.



Professores e profissionais da educação realizam manifestação em frente ao Paço

Prefeitura alerta para regras de ruído e proibição de fogos durante a Copa 2026

Rogério Capela/Prefeitura de Campinas

O clima da Copa está por todos os lados e movimentando torcedores e estabelecimentos comerciais nas várias regiões de Campinas. Muita gente quer, de alguma maneira, acompanhar e vibrar pelos times, principalmente pelas conquistas do Brasil. Entretanto, algumas regras devem ser seguidas para que a diversão de alguns não se torne um grande aborrecimento para outros. Campinas conta com um alvará especial voltado para o período da Copa, que estabelece horários liberados a partir das 12h do dia 16 de junho de 2025 até as 23h do dia 19 de julho de 2026. No entanto, essa autorização excepcional também não dispensa o cumprimento das normas relativas à poluição sonora e ao controle de ruídos urbanos. A maior preocupação é que

reuniões nas residências não excedam os limites, atrapalhando o sossego dos vizinhos que podem ter em casa crianças pequenas, idosos ou pessoas acamadas.

De acordo com as diretrizes vigentes, o limite para emissão de ruídos elevados vai até as 22h, conforme o disposto na Lei nº 559/2026 e em conformidade com a Lei nº 14.011, de 12 de janeiro de 2011, que rege as ações de combate à poluição sonora.

Além disso, qualquer manifestação festiva deve respeitar os parâmetros técnicos da NBR 10.151, norma que regulamenta a medição e avaliação dos níveis de pressão sonora em áreas habitadas. O objetivo é preservar o conforto acústico, salvaguardando a saúde física e mental dos moradores.



O limite para emissão de ruídos elevados vai até as 22h

Proibição de fogos

O alerta também se estende à utilização de artefatos pirotécnicos. É proibida a soltura, queima ou utilização de fogos de artifício e demais dispositivos que

possuam estampido. O veto está respaldado na Lei Municipal nº 15.367, de 2 de janeiro de 2017.

A medida também tem o objetivo de preservar grupos vulneráveis, como explica a secretária

de Urbanismo, Carolina Baracat. “Nós precisamos pensar em grupos como crianças, idosos, enfermos, pessoas com deficiência ou com sensibilidade auditiva (como indivíduos no espectro autista), além de resguardar os animais domésticos e silvestres. É possível extravasar a alegria de um gol ou de uma vitória sem prejudicar o outro ou descumprir a legislação”, afirma.

Empresários e comerciantes que queiram promover eventos relacionados à transmissão dos jogos da Copa 2026 podem procurar a Secretaria de Urbanismo. Eventos com cobrança de ingresso, controle de acesso ou maior impacto urbano normalmente exigem alvará. O pedido deve ser protocolado com pelo menos dez dias de antecedência.